

TRABALHOS DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES: CONSTRUINDO FORMAÇÃO E CIDADANIA

**Organizador: Profa. Dra. Lizete Maria Rubano (Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie; Coordenadora do
Escritório modelo Mosaico)**

**Organizador: Profa. Dra. Liza Maria Souza De Andrade (Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília/UnB)**

RESUMO GERAL

O campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo passa por uma discussão, sempre constante e cada vez mais necessária, acerca de sua necessária tarefa. Essa discussão está voltada ao seu papel fundamental frente aos compromissos sociais e territoriais cabíveis e obrigatórios à profissão.

Ainda que sejam reconhecidas as novas tarefas frente às novas questões (TAFURI e DAL CO:1979), o quanto são concebidos e realizados - de fato – projetos político-pedagógicos que façam do aprendizado e da formação em Arquitetura e Urbanismo uma experiência declarada frente à realidade brasileira e às condições que deveríamos poder enfrentar-propondo – de desigualdades territoriais e de direitos.

Estrutura e participação social, moradia, equipamentos e espaços públicos, aportes infraestruturais, reconhecimento dos processos que geram o urbano, direito à cidade são temas constitutivos das pautas acadêmicas, mas como têm se realizado no processo de ensino? Como têm tangenciado práticas políticas que envolvem o enfrentamento da disputa territorial?

Da criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937 e seu engajamento estrutural na constituição do papel social das universidades públicas, passando pelo Estado de exceção e sua regulamentação voltada ao ensino superior (Lei 5540/1968, tratando da chamada Reforma Universitária), que despolitizou e transformou a extensão em atividade assistencialista, chegando ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987, muito se tem transformado princípios, objetivos e práticas dessa atividade considerada uma das constitutivas da estrutura universitária.

Os projetos extensionistas, mais que proporcionar tangências entre as estruturas acadêmicas e seus agentes e as instâncias da sociedade que as solicitam ou que se tornam temas, parecem ter se tornado uma alternativa de maior impacto na relação universidade-sociedade.

Ainda que se considere o processo histórico pelo qual passou -e tem passado -esse tema ligado à formação, educação e troca com a sociedade, indo de uma atividade defendida e viabilizada pelos estudantes à intervenção e desmobilização de seus princípios fundamentais, a extensão tem se revelado novamente como uma possível e potente articulação entre formação e produção universitária e a sociedade, recolocando-se os aspectos emancipatórios dessa parceria.

Nessa sessão livre, o que nos motiva a apresentar e discutir – a partir de experiências recentes que têm sido conduzidas em universidades públicas e privadas – é o quanto a extensão tem representado uma articulação orgânica entre universidade e movimentos sociais, entidades, grupos organizados, para além da ideia de prestação de serviço: experiências que têm se mostrado muito próximas à matriz da chamada “pesquisa participante ou “pesquisa ação”, da “pesquisa participativa” ou da “investigação ação participativa”, mas que caminha, como condição específica que tem, para além da ideia de um “modelo de investigação social” (conforme BRANDÃO e BORGES: 2007).

Para além do trabalho direto com demandas sociais poder sugerir alterações curriculares, trata-se, aqui, de destacar as experiências de extensão apresentadas como possibilidades concretas de autonomia universitária e de construção política entre agentes a partir mesmo da “politização dos jovens e da expansão da cultura popular” (FLORIDO:2009), considerando-se troca e oferta recíproca de contribuições.

A potência da Universidade associada às lutas pelo direito à cidade, a práticas sociais, aos grupos minoritários, quando pensada muito mais como troca, coloca o papel que uma experiência de extensão pode ter, constituindo-se um processo emancipatório de dupla mão.

Além disso, vale destacar que essa sessão livre proposta coloca em pauta uma rede que vem sendo articulada -entre universidades, entidades, movimentos sociais, grupos culturais e pessoas independentes– a partir da perspectiva de uma necessária atualização das temáticas e de um desejo, também ativador de debates, de se elaborar, coletivamente, novos projetos para o mundo urbano. Essa rede aqui representada por 5 (cinco) núcleos compõe o Projeto BrCidades (idealizado pela Profa. Dra. Erminia Maricato, da FAUUSP):

É urgente elaborar, por meio de uma construção social, um projeto para as cidades do Brasil, no médio e longo prazo, tendo como parâmetros a justiça espacial, intraurbana e regional; a sustentabilidade social, econômica e ambiental; o combate a toda sorte de desigualdade -- social, racial e de gênero --, o respeito à diversidade geográfica e cultural, além do controle social e o respeito aos recursos públicos.

(...)

Realizar essas demandas somente será possível se assumirmos um projeto coletivo e pactuado, que necessita de capilarização, presença na opinião pública e base social. Somente com convergência poderemos caminhar para cidades economicamente dinâmicas, socialmente justas, ambientalmente responsáveis e culturalmente plurais. Fomentem os debates e formem núcleos do Projeto Brasil Cidades em seus bairros, em suas universidades e em suas organizações. Venham com a gente nessa luta! (Manifesto BrCidades)

As experiências de extensão aqui apresentadas têm contribuído como parte dessa construção de um projeto coletivo e têm representado importante possibilidade de articular questões estruturais do debate e das disputas de interesses da macro escala com o território, lugar real das lutas e enfrentamentos.

Essa sessão livre proposta pretende abrir o debate com a perspectiva de avaliação dessas experiências.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de A Extensão Universitária: Uma terceira função Tese de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp: Campinas - SP, 1991.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

TAFURI, Manfredo e DAL CO, Francesco. Modern Architecture. NY: New York Harry N. Abrams, 1979.

RODRIGUES, Valéria Maria. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária in Revista Educação e Políticas em Debate – v. 4, n.2 – ago./dez. 2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. in Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

FLORIDO, Caroline Maria. A História da Extensão Universitária na Faculdade de Educação da Unicamp: resistência institucional ou recorte social? Trabalho de Iniciação Científica orientado pelo professor José Luis Sanfelice. Faculdade de Educação da Unicamp, 2009

Sites:

<https://www.brcidades.org>

LUZ DE DENTRO: UMA EXPERIÊNCIA EM HABITAÇÃO DO ESCRITÓRIO MODELO MOSAICO

Profa. Dra. Lizete Maria Rubano (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie; Coordenadora do Escritório modelo Mosaico)

O Mosaico, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU - da FAU Mackenzie, corresponde – localmente - ao projeto desenvolvido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - FeNEA - implantado por alunos há 13 anos, cujo principal objetivo é trabalhar em parceria com a sociedade civil e os movimentos organizados, ressaltando os métodos alternativos da atuação profissional. Trata-se de projeto de extensão que se estrutura em âmbito nacional.

O trabalho a ser relatado é uma experiência de construção de uma hipótese projetual para três quadras (ZEIS) no bairro de Campos Elíseos, na cidade de São Paulo, considerando o reconhecimento do que chamamos “luz de dentro”, ou seja, as características sociais e espaciais das quadras do século XIX e os modos de agenciar a moradia e de se morar atualmente.

A “luz de dentro” nos fez reconhecer, com cuidado, as dinâmicas múltiplas de vida na forma de pequenas pensões, administradas em sua maioria por mulheres, onde famílias, migrantes, refugiados, usuários de crack, ciganos e crianças lutam pela condição de vida conjunta e pública, disputando um território hoje de interesse ao capital privado e às políticas de parceria.

EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO CONFLITUAL NO RIO DE JANEIRO

Profa. Dra. Giselle Tanaka (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio De Janeiro (IPPUR/UFRJ), Integrante do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ)

O Rio de Janeiro recebeu uma sequência de megaeventos esportivos entre 2007 e 2016, acompanhados de grandes projetos urbanos, com impactos negativos principalmente para os moradores de bairros populares – favelas, ocupações, periferias. Movimentos sociais, organizações de defesa de direitos humanos, universidades e militantes formaram, em resposta, comitês populares com a proposta de denunciar violações de direitos relacionadas às transformações urbanas promovidas em nome dos jogos. Os Comitês logo se tornaram espaços de construção política.

No Comitê Popular da Copa e Olimpíadas nasceu, do encontro da universidade com lideranças populares, a proposta de elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo.

Formou-se uma assessoria técnica para apoiar os moradores ameaçados de remoção através da elaboração de um plano alternativo, reconhecendo os direitos e desejos da população. O Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do ETTERN/IPPUR/UFRJ foi então constituído e passou a atuar na assessoria técnica a movimentos sociais e comunidades organizadas, e a realizar atividades de pesquisa, ensino e extensão, relacionadas à proposta de planejamento conflitual. Será apresentado um panorama de experiências, trazendo para o debate elementos que problematizam o lugar da universidade e do planejamento urbano, enquanto campo acadêmico, teórico e técnico, e como instrumento de ação política em conflitos urbanos.

GRUPO PERIFÉRICO: FORMAÇÃO E CIDADANIA POR MEIO DA ECOLOGIA DE SABERES, TECNOLOGIAS SOCIAIS E SISTEMATIZAÇÃO DE PADRÕES ESPACIAIS EM PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO.

Profa. Dra. Liza Maria Souza De Andrade (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília/UnB)

O Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes” do PPG/FAU/UnB desenvolve pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados, relacionados à produção do espaço e do território, da Reforma Urbana à Reforma Agrária. Atua no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar” junto aos movimentos populares, comunidades da periferia, ocupações urbanas e culturais, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e quilombolas. Tem apresentado o desenvolvimento de inovações em processos de ensino com metodologias participativas e tecnologias sociais em comunidades no âmbito de projetos de arquitetura e urbanismo que abrangem as dimensões da sustentabilidade, a promoção da saúde, a economia solidária e os direitos humanos. As experiências são vividas como uma construção social de forma a promover a ecologia de saberes na identificação de problemas e potencialidades no formato de padrões espaciais e de acontecimentos, aplicados nos trabalhos finais de graduação. Foram desenvolvidos projetos de habitação social, espaços socioprodutivos no campo, equipamentos comunitários e culturais e urbanismo participativo (plano de bairro e vila, parques urbanos, em escolas públicas). Pretende-se apresentar algumas experiências de pedagogia urbana com crianças e jovens na periferia que apontam para novos caminhos em Licenciatura na área de Arquitetura e Urbanismo.

A LUTA PELA PERMANÊNCIA, URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS DA UNIÃO: ENSINO E EXTENSÃO NAS COMUNIDADES DA SERRINHA E NA VILA SANTA ROSA.

Profa. Dra. Maria Inês Sugai (Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Situs – Território, Arquitetura e Cidadania).

As ocupações informais em terras da União, mesmo assentamentos consolidados e formados há mais de três décadas, podem ter ameaçada a sua permanência, principalmente aquelas situadas em áreas urbanas valorizadas e de interesse do capital imobiliário. As experiências relatadas tratam das atividades de extensão em duas diferentes comunidades situadas próximo à área central de Florianópolis: na Serrinha, situada no Maciço do Morro da Cruz, em terras pertencentes à UFSC, ameaçada de remoção pela justiça federal; e o da comunidade da Vila Santa Rosa, assentamento informal incrustado no bairro central mais valorizado de Florianópolis. As atividades desenvolvidas junto às duas comunidades, em especial a da Serrinha, vem ocorrendo há cerca de 7 anos, e expande-se em várias dimensões, sejam nas atividades de extensão formal (e informal), em atividades de ensino através do direcionamento de trabalhos de conclusão de curso e, recentemente, também em incentivo às pesquisas de mestrado. Abrangem desde reuniões para organização das ações da comunidade, atividades técnicas como elaboração de pareceres em processos, levantamentos e cadastramentos das moradias, projetos arquitetônico, urbanístico e de regularização fundiária, participação em audiências públicas, negociações com os diversos atores (reitoria, CUn, Conselho de Curadores, SPU, Advocacia da União, Prefeitura Municipal, Caixa, Defensoria Pública), entre outras.

CARTOGRAFIAS INDISCIPLINARES: ATUANDO NO PONTO CEGO DAS LUTAS VIA CRIAÇÃO DE DISPOSITIVOS TECNOPOLÍTICOS.

Profa. Dra. Natacha Rena e discente Susan Oliveira (Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais -. Líder do grupo de pesquisa Indisciplinar. Coordenadora do programa de extensão IndLab).

Considerados os processos de globalização, neoliberalização e constituição biopolítica do espaço, o grupo de pesquisa Indisciplinar imbrica, indissociadamente, teoria e prática. Os modos de fazer envolvendo o método cartográfico adotados enquanto pesquisa-intervenção são constituídos por: desenvolvimento de pesquisas teóricas; coordenação de Grupos de Estudos; participação em atividades políticas como audiências públicas e reuniões de conselhos; representação em Ministério Público; auxílio na organização tecnopolítica de movimentos parceiros com produção intensa de material gráfico; participação em reuniões e atos; organização de eventos culturais; participação em Conselho Municipal; produção de mapas colaborativos; realização de aulas públicas, seminários e oficinas; desenvolvimento de pesquisas de graduação e pós-graduação; escrita de artigos; organização da revista Indisciplinar. Os programas extensionistas associados ao Indisciplinar são: *Programa IndLab* - (projetos Plataformas Tecnopolíticas, Cartografia das Lutas e Geopolítica e Cidades); *Programa Natureza Política* (projetos Artesanias do Comum, Cartografias Emergentes e Natureza Urbana); *Programa IndUrb* (projetos BH S/A, Plataforma Urbanismo Biopolítico e Seminário Internacional Urbanismo

Biopolítico). Pretende-se apresentar algumas ações vinculadas aos projetos que envolvam parcerias com a Frente Brasil Popular e que possuam atuações relacionadas tanto a processos destituíntes do urbanismo neoliberal, quanto em processos constituintes de novos espaços engendrados pela coletividade em uma abordagem transversal e trans-escalar, a saber: Desastre-crime do Rio Doce (em parceria com MAB) e Ocupação Pátria Livre (em parceria com MTD).